Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PC-AP

500 Questões Gabaritadas

Delegado de Polícia Civil

SL-130ST-26
7901183009237

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Direito Administrativo e Legislação Complementar 5
2. Direito Constitucional e Legislação Complementar 15
3. Direito Penal e Legislação Complementar 27
4. Direito Processual Penal e Legislação Complementar 39
5. Direito Civil / Empresarial e Legislação Complementar 53
6. Direito Tributário e Legislação Complementar 65
7. Direito Ambiental e Legislação Complementar 77
8. Medicina Legal 89
9. Criminologia 99
10. História do Amapá 109
11. Geografia do Amapá 117
12. Legislação Institucional 125

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (CESGRANRIO - 2023)

Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está assoberbado de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada. No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

(A) moralidade
(B) publicidade
(C) eficiência
(D) organização
(E) solidariedade

2. (CESGRANRIO - 2024)

Não vislumbrando riscos aparentes na obra de reforma de uma agência bancária, o engenheiro de uma instituição federal, em visita técnica ao local, a fim de agilizar o cronograma de execução da obra e reduzir custos, resolve dispensar os operários de utilizar os equipamentos obrigatórios de segurança, em razão do enorme calor que assolava o bairro e atrasava sobremaneira o andamento dos trabalhos.

De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

(A) está em conformidade com o princípio da eficiência.
(B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
(C) viola o princípio da hierarquia.
(D) viola o princípio da impessoalidade.
(E) viola o princípio da legalidade.

3. (CESGRANRIO - 2024)

Ao visualizar um amigo de infância na longa fila dos guichês de atendimento na agência bancária, um técnico bancário que realizava atendimentos por ordem de senhas pede que seu amigo ultrapasse os demais clientes para que seja desde logo atendido. De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública, o comportamento do técnico bancário

(A) viola o princípio da publicidade.
(B) viola o princípio da moralidade.
(C) viola o princípio da hierarquia.
(D) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
(E) está em conformidade com o princípio da eficiência

4. (CESGRANRIO - 2024)

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal -1-pe.html. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

(A) controle
(B) planejamento
(C) coordenação
(D) descentralização
(E) delegação de competência

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (CESGRANRIO - 2023)

Determinado cidadão foi eliminado de concurso público, a investigação social, por ter cometido ilícito sete anos antes do certame. No recurso contra sua eliminação, aduziu que, além do tempo decorrido, passou a exercer outro cargo público, onde permanece, com elogios a sua atuação. Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, o ato que eliminou o cidadão do concurso ofende a

(A) veracidade
(B) necessidade
(C) validade
(D) publicidade
(E) proporcionalidade

6. (CESGRANRIO - 2024)

No âmbito da Administração Pública, entende-se que ocorre o ato administrativo discricionário quando

(A) a Administração, diante do caso concreto, tem a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e conveniência e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas para o direito.
(B) os agentes públicos ou permissionários, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade, diligência e eficiência e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito do consumidor.
(C) os agentes públicos ou privados em nome da Administração, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e celeridade e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito tributário.
(D) os agentes públicos ou concessionários, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e eficiência e escolher uma dentre as várias soluções, todas válidas para o direito privado.
(E) os agentes públicos ou privados em nome da Administração, diante do caso concreto, têm a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de consciência, razoabilidade e pessoalidade e escolher várias dentre as soluções, todas válidas para o direito contratual.

7. (CESGRANRIO - 2019)

Um gerente administrativo de determinado órgão público recebe treinamento para diminuir os equívocos na atuação do Estado na relação com os administrados.

Em uma das aulas do curso, são abordados os atributos do ato administrativo que, segundo a doutrina, inclui a

(A) condicionalidade
(B) estabilização
(C) certeza de origem
(D) presunção de legitimidade
(E) simplicidade

8. (CESGRANRIO - 2024)

Um servidor do Ipea, tendo em vista suas qualificações, foi indicado e nomeado para presidir autarquia federal, pretendendo inserir meios modernos de administração para gerar economia para os cofres públicos. Para cumprir seu projeto, postulou auxílio do Superintendente do órgão, funcionário autárquico com larga experiência, que sugeriu, de início, reformular a estrutura normativa, expurgando atos, por conveniência e oportunidade.

Nesse contexto, nos termos da doutrina administrativista consensualmente acolhida, o Presidente poderá realizará atos de

(A) caducidade
(B) retirada
(C) revogação
(D) exclusão
(E) recusa

9. (CESGRANRIO - 2024)

Ao analisar e deferir o pedido de licença para construção formulado por uma empresa, um servidor público praticou um ato ilegal.

No âmbito da Administração Pública Federal, no que diz respeito à proteção dos direitos dos administradores e ao melhor cumprimento dos fins da administração, quando um ato praticado é ilegal, o(a)

(A) Tribunal de Contas pode revogar esse ato eivado de ilegalidade.
(B) Poder Judiciário pode revogar esse ato ilegal.
(C) Ministério Público deve pedir a revogação do ato ilegal perante o Poder Judiciário.
(D) Administração Pública deve anular esse ato eivado de ilegalidade.
(E) Administração Pública pode revogar esse ato ilegal.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2022)

Tendo em vista que as características de sistemas de governo, formas de governo e formas de Estado se entrelaçam e geram combinações bastante conhecidas entre as nações ocidentais, assinale a opção cor**reta a** esse respeito.

(A) O parlamentarismo está atrelado a regimes republicanos com a participação da população na escolha do chefe de governo.

(B) O semipresidencialismo une características do presidencialismo e do parlamentarismo; por isso, nesse sistema, o presidente é eleito pelo povo em caráter simbólico e com poderes limitados.

(C) No presidencialismo, ocorre o acúmulo das funções de chefe de Estado e de chefe de governo em um único indivíduo.

(D) No parlamentarismo, o chefe de Estado pode dissolver o parlamento, bem como nomear e demitir o primeiro-ministro.

(E) No presidencialismo, o Poder Executivo é legitimado pelo Poder Legislativo.

2. (2023)

Considere que no âmbito de um determinado Estado foi criada uma nova constituição exclusivamente para beneficiar os detentores do poder, com o fim de eternizar o domínio dos detentores, não servindo como instrumento de limitação de poder.

Nesse caso, pode-se classificar a constituição como

(A) semântica.

(B) normativa.

(C) nominal.

(D) plástica.

(E) nominativa.

3. (2022)

Exclusivamente nos termos do art. 5º, XLIII da CF/88, são insuscetíveis de graça ou anistia

(A) os crimes hediondos, apenas.

(B) os crimes de preconceito e os crimes ambientais.

(C) os crimes praticados com violência contra a mulher em razão da condição de gênero.

(D) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

(E) a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

4. (2022)

Assinale a alternativa cor**reta a** respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos.

(A) Durante o período de amamentação, as presidiárias terão direito à liberdade provisória para que possam permanecer com seus filhos.

(B) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, sendo vedada a extradição por crime político ou de opinião.

(C) São gratuitas as ações de habeas-corpus e o mandado de segurança, bem como os atos necessários ao exercício da cidadania.

(D) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança, tendo o preso direito à assistência da família e de advogado.

(E) O preso será informado de seus direitos, entre eles o de ficar calado, sendo vedada, entretanto, a identificação dos responsáveis por sua prisão.

5. (2022)

A realização de objetivos comuns, a livre tomada de decisões, a representação política e o respeito ao direito privado dos associados são alguns dos pilares das organizações sociais mais recentes.

A Carta Magna Brasileira, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Neste interim, qual especificidade, vinculada ao associativismo, não está prevista no artigo quinto da Constituição Brasileira?

(A) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(B) É plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

(D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(E) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

6. (2026)

A respeito da inviolabilidade do domicílio enquanto direito individual fundamental, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que

(A) o consentimento de vizinho autoriza o ingresso de alguém no domicílio alheio quando informado por escrito e em formulário específico.

(B) em caso de flagrante delito, o ingresso no domicílio depende de consentimento do morador.

(C) uma busca domiciliar determinada judicialmente deve ser cumprida durante o dia e independe do consentimento do morador.

(D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar senão para prestar socorro.

(E) desastre e determinação judicial autorizam o ingresso no domicílio alheio tanto durante o dia quanto durante a noite.

7. (2022)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa cor**reta.**

(A) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

(B) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, embora o texto constitucional ainda não faça menção expressa dos dados nos meios digitais.

(C) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

(D) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

(E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não tendo o proprietário direito à indenização em hipótese de dano, em razão do interesse público.

8. (2023)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em caso de guerra declarada está vedada a aplicação de pena

(A) de morte.

(B) de banimento.

(C) de interdição de direitos.

(D) de suspensão de direitos.

9. (2022)

Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que

(A) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.

(B) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.

(C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.

(D) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

(E) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

10. (2026)

Aline foi demitida, há um mês, sem justa causa, da empresa privada em que trabalhava. Como ela vive apenas com seus dois filhos, Luan, de 15 anos de idade, e Cauan, que acabou de fazer 17 anos de idade, quer que eles arrumem imediatamente um emprego. Ocorre que os dois estudam durante o dia, podendo, somente, realizar trabalho noturno.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2022)

Referente ao princípio da insignificância, assinale a alternativa correta.

(A) Não se admite o reconhecimento do princípio da insignificância ao crime de furto de energia elétrica.

(B) Admite-se a incidência do princípio da insignificância na conduta de uso de atestado médico falso.

(C) Não se admite a incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.

(D) Admite-se a incidência do princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

(E) Não se admite a incidência do princípio da insignificância à conduta de pescar durante o período em que a pesca seja proibida.

2. (2022)

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção cor**reta.**

(A) É possível a aplicação combinada de leis, com vistas à aplicação do resultado mais benéfico ao acusado, desde que ao fato típico sobrevenha lei com algumas disposições mais favoráveis ao réu.

(B) Para fins de definição da aplicação de lei penal no tempo, deve ser considerado o momento da ação ou omissão, e não o momento do resultado.

(C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena, ainda que se mantenham os efeitos penais secundários da sentença condenatória.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes ou depois de sua vigência.

(E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

3. (2026)

Rogério, três dias antes de completar dezoito anos de idade, em uma festa escolar, após o consumo de grande quantidade de bebida alcoólica e o consumo voluntário de drogas ilícitas, com a intenção de matar, efetua diversos golpes de faca contra a sua namorada, Sheila, 16 anos de idade. Sheila é imediatamente socorrida pela Direção da Escola e levada ao hospital da cidade. A vítima é submetida a cirurgia de emergência e, após três meses internada, não resiste aos ferimentos e falece. Diante do exposto, assinale a opção correta.

(A) Rogério praticou crime de homicídio, tendo em vista que quando a vítima faleceu já era maior de dezoito anos e, portanto, penalmente imputável.

(B) Rogério não praticou crime, tendo em vista que quando efetuou os golpes de faca era menor de dezoito anos e, portanto, penalmente inimputável.

(C) Rogério praticou crime de homicídio, tendo em vista a adoção, pelo Código Penal, quanto ao tempo do crime, da teoria do resultado.

(D) Rogério não praticou crime, tendo em vista a adoção, pelo Código Penal, quanto ao tempo do crime, da teoria da ubiquidade.

(E) Rogério praticou crime de homicídio, tendo em vista a adoção, pelo Código Penal, quanto ao tempo do crime, da teoria da atividade.

4. (2023)

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de qualquer outra condição, os crimes

(A) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.

(B) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

(C) cometidos por estrangeiro contra brasileiro.

(D) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

(E) praticados por brasileiro.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (2024)

Luiz reside em um condomínio composto por vinte casas idênticas. Em uma determinada ocasião, após um cansativo dia de trabalho, Luiz, no período noturno, acabou por ingressar no domicílio do seu vizinho, sem a concordância deste, acreditando, fortemente, de que se tratava da sua casa, em razão da identidade entre as construções. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz

(A) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição indireto.

(B) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição direto.

(C) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de tipo.

(D) responderá pelo crime de violação de domicílio qualificado.

(E) responderá pelo crime de violação de domicílio simples.

6. (2022)

Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída:

(A) Da metade.

(B) De um quarto.

(C) De um a dois terços.

(D) De um terço a metade.

(E) De um terço a um quarto.

7. (2025)

Quanto ao excesso do agente na utilização das excludentes de ilicitude, é correto afirmar que:

(A) O agente, em qualquer das hipóteses de exclusão da ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

(B) O agente, em qualquer das hipóteses de exclusão da ilicitude, responderá pelo excesso quando doloso.

(C) O agente, em qualquer das hipóteses de exclusão da ilicitude, responderá pelo excesso quando culposo.

(D) O agente, apenas em caso de legítima defesa, responderá pelo excesso culposo.

(E) O agente, apenas em caso de legítima defesa, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

8. (2023)

Com fundamento no Código Penal, analise as assertivas abaixo:

I. Os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, e o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

II. A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

III. É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Quais estão **corretas?**

(A) Apenas **II.**

(B) Apenas I e **II.**

(C) Apenas I e **III.**

(D) Apenas II e **III.**

(E) **I,** II e **III.**

9. (2024)

Relativamente à matéria do concurso de pessoas descrita no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) Ocorrerá diminuição de um a dois terços se a contribuição for diminuta e secundária.

(B) Aquele que concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, sem distinção de sua contribuição.

(C) Ainda que alguma pessoa queira participar de crime menos grave, será aplicada a pena do mais grave.

(D) Se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, quando elementares do crime.

(E) Em regra, o ajuste pode ser punido ainda que o crime não chegue a ser tentado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2023)

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta.**

(A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.

(B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.

(C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.

(D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.

(E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

2. (2026)

Tício, cidadão estrangeiro, foi denunciado pela prática de crime de estelionato cometido em janeiro de 2024, a bordo de embarcação mercante privada estrangeira atracada em porto brasileiro. Durante o curso do processo, em março de 2024, entrou em vigor nova lei que alterou o Código de Processo Penal, modificando o rito de contagem dos prazos para apresentação da resposta à acusação, tornando-o mais célere, embora mantido o prazo de 10 dias.

Considerando as regras de aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a afirmativa correta.

(A) A nova lei não poderá ser aplicada ao processo de Tício, uma vez que o crime foi cometido antes de sua vigência, devendo-se respeitar o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa.

(B) A lei processual penal brasileira será aplicada ao caso, ainda que o crime tenha sido cometido por um estrangeiro a bordo de uma embarcação mercante privada estrangeira atracada em porto brasileiro.

(C) A nova lei processual penal será aplicada imediatamente ao processo de Tício, mas todos os atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior deverão ser repetidos para garantir a unidade do rito.

(D) Em matéria de lei processual no tempo, adota-se o sistema da unidade, o que impede a aplicação de leis novas em processos já iniciados.

(E) Caso o crime tivesse sido praticado por um diplomata estrangeiro em solo brasileiro, a lei processual penal brasileira seria aplicada de forma absoluta, sem qualquer exceção, em virtude do princípio da territorialidade.

3. (2022)

No que concerne aos investigados em inquérito policial que investiga uso da força letal, é correto afirmar que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

(A) a indicação do profissional para o exercício da defesa do servidor deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado Bacharel em Direito, como defensor ad hoc, mesmo sem inscrição na OAB.

(B) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) na hipótese de não atuação da Procuradoria do Estado, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.
(D) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.
(E) não contemplou qualquer dispositivo nesse sentido.

4. (2022)

Inquérito policial arquivado pelo Ministério Público por ausência de elementos suficientes de informação importa

(A) coisa julgada material.
(B) ilegitimidade ad causam.
(C) ilegitimidade ad processum.
(D) ausência de justa causa processual em sentido estrito.
(E) prescrição da pretensão punitiva estatal.

5. (2024)

Acerca do inquérito policial e as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia. ( ) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito. ( ) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V - V - V
(B) V - F - V
(C) F - F - V
(D) V - V - F
(E) F - V - F

6. (2022)

Entre as providências previstas no art. 6.º do Código de Processo Penal, que a autoridade policial poderá realizar imediatamente após ser comunicada da ocorrência de infração penal, inclui-se

(A) realizar busca pessoal e domiciliar com apreensão de objetos, se for o caso.
(B) colher, em caso de prisão, informações sobre a existência de filhos menores do indiciado.
(C) autorizar a interceptação de dados e das comunicações telefônicas do indiciado.
(D) determinar a incomunicabilidade do indiciado por até cinco dias.
(E) prender o indiciado temporária ou preventivamente, conforme a necessidade.

7. (2023)

Sobre o acordo de não persecução penal, previsto no artigo 28-A do CPP, é correto afirmar que:

(A) É cabível apenas para crimes praticados sem violência, com pena mínima inferior a 4 anos, sendo expressamente vedado a crimes hediondos.
(B) Tem por requisito a reparação do dano à vítima; a renúncia a instrumentos, produto ou proveitos do crime; bem como a imposição de pena restritiva de direito pelo período correspondente à pena mínima cominada ao crime praticado.
(C) Não se aplicará o acordo de não persecução penal ao agente que foi beneficiado nos 5 anos anteriores à data da proposta de suspensão condicional do processo ou de acordo de não persecução penal.
(D) A homologação do acordo de não persecução penal será feita pelo Juiz, não sendo necessária audiência.
(E) A vítima será intimada do acordo de não persecução penal homologado judicialmente, inexistindo previsão de recurso específico, se contra ele se insurgir.

8. (2022)

Patrícia responde a processo por crime de ação penal privada por ter supostamente praticado injúria contra Maria.

Ocorre que as duas eram amigas desde a infância e Patrícia sempre teve temperamento mais “esquentado”.

Durante o processo, Maria resolveu esquecer a ofensa e decidiu perdoar Patrícia, mediante termo nos autos. Contudo, Patrícia que não aceitou o perdão.

Nesse caso,

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CIVIL / EMPRESARIAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2025)

Carlos Barbosa demonstrou grande maturidade pela intenção de iniciar um curso técnico em outra cidade, o que exigiria maior autonomia. Seus pais desejam emancipá-lo.

Assinale a opção que apresenta corretamente os requisitos necessários para a emancipação voluntária.

(A) Deve ser realizada por escritura pública, desde que o adolescente tenha completado doze anos.

(B) Carlos Barbosa deve ter, pelo menos, dezesseis anos, e a concessão dos pais deve ocorrer mediante escritura pública.

(C) Para a emancipação voluntária, o adolescente deve concordar expressamente, devendo haver a intervenção do Ministério Público.

(D) A emancipação voluntária exige autorização judicial, por meio de procedimento de jurisdição voluntária, com anuência dos pais.

(E) A idade mínima de quatorze anos e a concessão dos pais são requisitos necessários para a emancipação.

2. (2025)

Durante o trâmite de uma ação de alimentos promovida em nome de um nascituro, representado por sua genitora, o pai biológico faleceu subitamente em um acidente de carro, juntamente com seu irmão. Não foi possível apurar qual dos dois faleceu primeiro. O pai tinha, ao falecer, 17 anos e era emancipado judicialmente por concessão dos pais, pois havia iniciado uma empresa com recursos próprios.

Durante o inventário, um terceiro interessado impugnou a legitimidade do nascituro para figurar como herdeiro, argumentando que este ainda não tem personalidade jurídica.

Diante desse cenário, considerando os dispositivos do Código Civil Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) O nascituro não possui personalidade jurídica e, portanto, não tem legitimidade para figurar como herdeiro, podendo apenas receber benefícios por testamento, se houver disposição expressa.

(B) A emancipação concedida judicialmente ao pai do nascituro é nula, pois menores de 18 anos não podem exercer atividade empresarial, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida civil.

(C) Como não foi possível apurar a ordem de falecimento entre os irmãos, presume-se que o irmão do falecido é o único herdeiro legítimo, pois o nascituro não detém personalidade jurídica plena.

(D) O nascituro, embora ainda não tenha personalidade jurídica plena, tem direitos resguardados desde a concepção, incluindo o direito à herança, desde que venha a nascer com vida.

(E) O pai do nascituro, mesmo emancipado, continuava relativamente incapaz, sendo necessária a assistência de seus genitores em todos os atos jurídicos, inclusive no reconhecimento de paternidade.

3. (2025)

Considerando o vigente art. 3º do CC/2002, nos termos da alteração realizada pela Lei n.º 13.146 de 2015, absolutamente incapazes serão os:

(A) menores de 16 (dezesseis) anos

(B) menores de 18 (dezoito) anos

(C) deficientes mentais

(D) ébrios habituais (os alcoólatras)

4. (2026)

Carlos, avô paterno, celebrou escritura pública de doação de um imóvel urbano em favor de seu neto ainda não nascido, filho de sua filha Ana, grávida à época do ato. No instrumento, constou expressamente que a doação se destinava ao nascituro, ficando a administração do bem sob responsabilidade da genitora até o nascimento.

Meses após a doação e antes do nascimento da criança, Carlos faleceu e seus outros herdeiros questionaram a validade da doação, alegando que o nascituro não possuía personalidade civil à época da doação e que, por essa razão, o contrato não seria válido e eficaz.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Considerando a situação hipotética e a disciplina jurídica do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) A doação é nula, pois a ausência de personalidade civil do nascituro impede que ele figure como donatário em qualquer negócio jurídico.

(B) A doação produz efeitos imediatos e definitivos, independentemente do nascimento com vida, em razão da capacidade de direitos do nascituro desde a concepção.

(C) A doação somente poderia ser válida se o nascituro já tivesse sido concebido e houvesse autorização judicial expressa.

(D) A doação, se aceita pelo representante legal do nascituro, é válida e sua eficácia condicionada ao nascimento com vida.

(E) A doação é inválida, pois negócios jurídicos gratuitos não admitem condição suspensiva relacionada à personalidade civil do beneficiário.

5. (2024)

José, 16 anos de idade, foi emancipado por ato de emancipação voluntária. Nesse sentido, é correto afirmar que:

(A) Apesar de emancipado, José não poderá exercer a atividade empresarial com inscrição na Junta Comercial, pois ainda não possui 18 anos.

(B) O exercício de atividades negociais por José deve ser acompanhado da assistência dos pais.

(C) José dependerá da concordância dos pais para contrair casamento ou celebrar acordo de união estável.

(D) O ato de emancipação voluntária precisa ser homologado por sentença.

(E) O ato de emancipação voluntária deve ser registrado em registro público.

6. (2026)

Carlos era tripulante de uma embarcação que naufragou durante uma forte tempestade em alto-mar. Após o acidente, vários corpos foram encontrados, mas Carlos jamais foi localizado. Passados alguns meses sem qualquer notícia sobre seu paradeiro, sua família buscou orientação jurídica sobre a possibilidade de reconhecimento de sua morte para fins sucessórios.

À luz do Código Civil, a morte presumida

(A) somente pode ser declarada após o procedimento completo de ausência, com abertura da sucessão definitiva.

(B) pode ser declarada sem decretação de ausência quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

(C) sem decretação de ausência depende do transcurso do prazo mínimo de cinco anos de desaparecimento.

(D) somente pode ser declarada após a abertura da sucessão provisória dos bens do desaparecido.

(E) exige necessariamente a prévia decretação judicial de ausência.

7. (2024)

Zeki Hilal é advogado no município M e recebe cliente para analisar questões pertinentes ao seu corpo e dos seus familiares. Um dos itens da consulta consiste em verificar se pode haver a diminuição permanente da integridade física dos indivíduos. Nos termos do Código Civil, essa diminuição da integridade física poderá ser admitida nos casos de:

(A) fungibilidade

(B) transplante

(C) contrato

(D) doação

(E) álea

8. (2024)

Considerando o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.010.606, acerca do tema aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares, assinale a afirmativa que expressa a tese desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

(A) É incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(B) O direito ao esquecimento não deve ser aplicado, pois viola o princípio da igualdade entre as pessoas, os direitos da personalidade e o direito do Estado de controlar a memória coletiva.

(C) O direito ao esquecimento é aplicável, mas apenas em casos excepcionais, os quais deverão ser analisados caso a caso pelos magistrados dos tribunais superiores.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2024)

Julgue os seguintes itens, relativos a tributos.

I Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II Imposto é uma espécie de tributo que tem como fato gerador uma atuação estatal específica, diretamente referida ao contribuinte.

III Taxa é uma espécie de tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item **II** está certo.
(C) Apenas o item **III** está certo.
(D) Apenas os itens I e **II** estão certos.
(E) Apenas os itens I e **III** estão certos.

2. (2025)

Um estudante de contabilidade, ao iniciar seus estudos em Direito Tributário, depara-se com o conceito fundamental de tributo. Para uma compreensão precisa, ele busca a definição legal contida no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

De acordo com esse diploma legal, assinale a opção que define corretamente o tributo.

(A) Tributo é toda prestação pecuniária voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por meio de medida provisória e cobrada mediante atividade administrativa com alguma discricionariedade.
(B) Tributo é toda sanção de ato ilícito, cobrada compulsoriamente em bens ou serviços, instituída em lei e aplicada com base em decisões discricionárias da administração pública.
(C) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em bens ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por qualquer ato normativo e cobrada mediante atividade administrativa parcialmente vinculada.
(D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

3. (2023)

Doutrinariamente os tributos são estruturados quanto à competência, finalidade, incidência e possibilidade de repercussão do encargo econômico. Sobre a finalidade, os tributos podem ser fiscais, extrafiscais ou parafiscais. Os tributos fiscais são aqueles cuja finalidade está na arrecadação, ou seja, na captação de receita. Os extrafiscais são fundados no poder regulatório. Os parafiscais têm por objetivo arrecadar para entidades que atuam paralelamente ao Estado. Possui natureza extrafiscal:

(A) Contribuição sindical.
(B) Imposto de Renda – IR.
(C) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
(D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

4. (2025)

O sistema tributário nacional (STN) compreende o conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a tributação. A complexidade de tal sistema advém tanto da disciplina constitucional quanto do modelo federativo adotado, caracterizado pela autonomia recíproca entre União e estados-membros e municípios, constituindo-se, assim, a pluralidade de pessoas dotadas de competência legislativa para instituir tributos. A respeito dos tributos, julgue os itens que se seguem.

I De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

plenamente vinculada, ainda que constitua sanção de ato ilícito, como é o caso da taxa para retirada de veículo apreendido por infração de trânsito, que inclui custos de guincho e estadia no pátio.

II De acordo com disposição literal do CTN, são tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

III A Constituição Federal de 1988 prevê cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item **II** está certo.
(C) Apenas os itens I e **III** estão certos.
(D) Apenas os itens **II** e **III** estão certos.
(E) Todos os itens estão certos.

5. (2024)

As pessoas que manifestam riqueza ficam obrigadas a contribuir com o Estado, fornecendo-lhe os recursos de que este precisa para buscar a consecução do bem comum. Assim, aqueles que obtêm rendimentos vendem mercadorias, são proprietários de imóveis em área urbana, devem contribuir respectivamente com a União, com os Estados e com os Municípios. Estes entes devem usar tais recursos em benefício de toda a coletividade.

O imposto se sustenta sobre a ideia da:

(A) Função social.
(B) Solidariedade social.
(C) Políticas afirmativas.
(D) Necessidade e possibilidade.

6. (2023)

O princípio da progressividade, como instrumento de justiça tributária, objetiva identificar as diferentes situações dos contribuintes e adotar alíquotas maiores à medida em que há incremento da base de cálculo. Essa regra, contudo, não é absoluta.

Assinale a hipótese, entre as opções a seguir, em que a Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da progressividade Independentemente do aumento na base de cálculo.

(A) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sancionatório, por descumprimento da função social da propriedade.
(B) Imposto Territorial Rural, quando incidente sobre grandes glebas rurais.
(C) Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.
(D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
(E) Imposto sobre Produtos Industrializados, no caso de utilização de alíquotas específicas

7. (2024)

Determinado município da Federação, com o objetivo de reduzir o custo de captação das suas operações de crédito junto ao mercado, propõe ao Presidente da República que este edite medida provisória isentando a renda das obrigações da dívida pública dos municípios do imposto federal sobre a renda e os proventos de qualquer natureza. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que

(A) a proposta é inconstitucional, pois a União não pode tributar diferentemente as rendas das obrigações da dívida pública de municípios em relação às obrigações da dívida federal, as quais não são isentas do imposto de renda.
(B) a proposta é inconstitucional, pois é vedado ao Presidente da República dispor sobre matéria tributária por meio de medida provisória, independentemente da aprovação do texto da medida pelo Congresso Nacional, no prazo de 60 (sessenta) dias.
(C) a proposta é inconstitucional, pois a receita de imposto de renda incidente na fonte sobre proventos pagos pelos municípios pertence aos próprios municípios, de modo que não cabe à União dispor sobre tais receitas, seja mediante medida provisória ou outro instrumento legal.
(D) a proposta seria constitucional apenas no caso de a introdução da isenção ocorrer mediante lei complementar e desde que respeitado o princípio da anterioridade, visto tratar-se de receita sujeita a essa regra constitucional.
(E) desde que atendidas as condições relativas à responsabilidade fiscal, tais como a estimativa de impacto orçamentário e introdução de eventual compensação à renúncia de receitas, a proposta não se afigura como inconstitucional.

8. (2024)

Determinado Estado da Federação aprovou uma alteração por lei da alíquota do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, no dia 20 de outubro de 2023. Nesse mesmo Estado, foi feita uma doação em 10 de janeiro de 2024.

Sobre a cobrança da nova alíquota sobre essa doação, assinale a afirmativa **correta.**

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO AMBIENTAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

1. (2023)

A sociedade empresária Alfa requereu licença ambiental para empreendimento consistente em indústria de cimento que gera materiais particulados, que se instalaria em determinada zona industrial já saturada. Durante o processo de licenciamento ambiental, restou comprovado que o projeto apresentado comprometeria a capacidade de suporte da área, causando grave poluição atmosférica.

Diante dos riscos e impactos já de antemão conhecidos, o órgão ambiental licenciador indeferiu o pedido de licença.

Assinale a opção que indica o princípio específico que embasou a decisão de negar a licença ambiental.

(A) Precaução, que requer certeza científica conclusiva e segura sobre os impactos ambientais.

(B) Prevenção, em que o risco é previamente conhecido e existe certeza a respeito da sua ocorrência.

(C) Desenvolvimento sustentável, que se relaciona à informação científica inconclusiva quanto aos danos ambientais a serem causados.

(D) Poluidor-pagador, que evidenciou que o perigo de dano ambiental era certo com elementos seguros para concluir que a atividade é efetivamente perigosa.

2. (2025)

Norma municipal que obriga, no âmbito da circunscrição do respectivo município, a substituição de sacolas plásticas por sacolas biodegradáveis obedece ao critério da competência ambiental

(A) legislativa comum.

(B) legislativa privativa.

(C) administrativa suplementar.

(D) legislativa suplementar.

(E) administrativa concorrente.

3. (2023)

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, poluidor e poluição são definidos, respectivamente, como

(A) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população e criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, exclusivamente.

(B) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, afetem desfavoravelmente a biota e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

(C) a pessoa física, de direito público ou privado, responsável diretamente por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas e afetem desfavoravelmente a biota e as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) a pessoa física ou jurídica, de direito privado, responsável, diretamente ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades econômicas potencialmente degradadoras e(ou) utilizadoras de recursos naturais que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população humana e as condições reprodutivas das demais espécies que habitam o planeta, criando ocorrências adversas ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento socioeconômico.

(E) a pessoa jurídica, de direito público ou privado, responsável diretamente por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades antropofísicas e geomorfológicas sistêmicas que prejudiquem a qualidade do ar, o equilíbrio climático, os índices pluviométricos, a segurança e o bem-estar da espécies nativas, criando mutações genéticas teratológicas nos pescados, bovinos, suínos e equinos.

4. (2025)

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/1981) tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um objetivo dessa Lei.

(A) O estabelecimento de um zoneamento ambiental.

(B) A criação de um sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.

(C) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

(D) A elaboração de Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

(E) A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente.

5. (2023)

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Essa política foi estabelecida pela Lei nº 6.938/1981, que estruturou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Nessa estrutura, coube ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o papel de órgão

(A) central

(B) consultivo

(C) deliberativo

(D) executor

(E) superior

6. (2023)

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Assim, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão

(A) consultivo e deliberativo.

(B) executor.

(C) central.

(D) superior.

7. (2024)

Em relação à função do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), é cor**reto af**irmar que foi instituído

(A) pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(B) para a implantação e execução das diretrizes previstas no âmbito da legislação ambiental federal, em sendo a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

(C) para assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, além de regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

(D) para assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, mas não para regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

(E) para regulamentar procedimentos para autorização ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, mas não propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente.

8. (2023)

Em 1981, foi promulgada a Lei Federal nº 6.938, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constituiu

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MEDICINA LEGAL

1. (2023)

Em relação aos peritos e às perícias realizadas em âmbito criminal, é cor**reto af**irmar que:

(A) o perito oficial é aquele nomeado e de confiança do juízo.
(B) o documento que cristaliza uma perícia é denominado de parecer.
(C) o assistente técnico participa da produção de provas.
(D) o perito oficial também poderá atuar como assistente técnico da acusação.
(E) os peritos nomeados pelo juízo na área criminal são uma exceção.

2. (2025)

Em medicina legal e nas ciências forenses, o exame de corpo de delito

(A) é de competência privativa do perito oficial em qualquer foro — penal, cível ou administrativo.
(B) deve ser feito em dia e local previamente determinados.
(C) tem como objetivo a análise de qualquer objeto encontrado no local de um crime.
(D) tem como objetivo a análise do conjunto de vestígios materiais resultantes de um crime.
(E) é o exame necessariamente realizado no corpo da vítima de um crime.

3. (2024)

Pode se considerar cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Uma das etapas mais importantes da cadeia de custódia em local de crime é a de fixação. Nessa etapa, o(s) profissional(is) da segurança pública pode(m) utilizar diferentes métodos para prover a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento. São opções que podem ser empregadas na etapa de fixação:

I. fotografias;
II. filmagens;
III. croquis.

Está(ão) correta(s):

(A) I, **II** e **III**.
(B) apenas I e **III**.
(C) apenas I e **II**.
(D) apenas **II** e **III**.
(E) apenas I.

4. (2024)

No dia 04/11/2023, Adelaide procurou a Delegacia da Mulher da Cidade de Xanxerê para registrar ocorrência de lesão corporal praticada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, haja vista que parte do seu dedo indicador da mão direita foi necrosada em virtude de uma agressão praticada por Jonas, seu companheiro. Por ocasião de seu atendimento, foi encaminhada para o Instituto Médico-Legal (IML) que abrange a região, para a realização dos procedimentos periciais pertinentes.

Nesse sentido, levando-se em consideração a atuação do perito nos diversos ramos do Direito, bem como a manifestação daqueles através dos documentos médico- legais, é correto afirmar que

(A) a perícia a ser realizada no IML é o exame de corpo de delito, através do perito médico-legista, que irá detalhar as lesões existentes mediante descrição objetiva, cujo resultado será materializado por meio do relatório médico-legal.
(B) Adelaide deverá procurar o papiloscopista no Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, de modo a comprovar a necrose do dedo indicador da mão direita, cuja perícia gerará uma notificação compulsória ao Instituto Médico-Legal e servirá como exame de corpo de delito a ser juntado no inquérito policial.
(C) a perícia a ser realizada no IML é o exame de necropsia, em virtude da necrose no dedo indicador da mão direita de Adelaide, que deverá ser procedida por um perito criminal, sendo relatada num prontuário que servirá como exame de corpo de delito direto.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) Adelaide deverá procurar o perito criminal no IML para que seja feito o exame pericial de local de crime, que deverá ser concentrado nas respectivas lesões da sua mão, cujas constatações deverão ser redigidas num parecer médico-legal a ser juntado no inquérito policial.
(E) a perícia a ser realizada no Instituto Geral de Perícias é o exame de corpo de delito, que será feita pelo perito médico-legista de forma indireta, através de um prontuário, encaminhando o resultado ao IML que abrange a região de Xanxerê para que lá o resultado seja compilado de forma direta.

5. (2023)

Assinale a alternativa que indica, corretamente, modalidades de perícias de competência, prioritariamente, da Criminalística.
(A) Exame perinecroscópico e lesão corporal.
(B) Exame perinecroscópico e antropológico.
(C) Exame necroscópico e toxicológico.
(D) Exame perinecroscópico e documentoscópico.
(E) Exame necroscópico e grafotécnico.

6. (2025)

A Medicina Legal é a ciência que faz a interface entre a Medicina e o Direito. Sobre a legislação pertinente ao tema, assinale a afirmativa inc**orreta.**
(A) O Juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte.
(B) Quando a infração deixar vestígios, torna-se indispensável o exame de corpo de delito.
(C) Quando a infração deixar vestígios, a confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito.
(D) O Juiz indeferirá a perícia quando a prova, de fato, não depender de conhecimento especial técnico.
(E) Por terem base científica, as provas periciais geralmente têm prevalência em relação a outros elementos de convicção.

7. (2023)

Considere os seguintes conceitos:
"Declaração pura e simples de um ato médico e suas consequências";
"Narração escrita e minuciosa de todas as operações de uma perícia médica determinada por Autoridade Policial ou Judiciária".
Referem-se, **correta** e respectivamente, aos documentos médico legais:
(A) laudo e parecer.
(B) atestado e relatório.
(C) laudo e auto.
(D) atestado e parecer.
(E) atestado e notificação compulsória.

8. (2024)

Os documentos médico-legais ou odontolegais podem ser classificados quanto à procedência, à finalidade ou ao conteúdo. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta.
(A) Documento oficioso é classificado quanto ao conteúdo.
(B) Documento judicial é classificado quanto ao conteúdo.
(C) Documento falso é classificado quanto à finalidade.
(D) Documento oficial é classificado quanto à procedência.
(E) Documento administrativo é classificado quanto à procedência.

9. (2023)

Sobre um dos elementos do laudo psiquiátrico: _____ é o item no qual o perito dirige-se à autoridade requisitante da avaliação psiquiátrica forense, apresentando o laudo com seus elementos de identificação (número do processo, por exemplo). Nesse item, o perito também pode descrever sua formação e titulação.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima,
(A) Dados da perícia
(B) Apresentação
(C) Preâmbulo
(D) Histórico
(E) Cabeçalho

10. (2023)

Sobre o prazo para a elaboração do laudo pericial, a legislação vigente determina que
(A) será elaborado no prazo máximo de 10 dias, improrrogáveis.
(B) será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em qualquer caso, a requerimento dos peritos.
(C) será elaborado no prazo máximo de 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CRIMINOLOGIA

1. (2022)

Assinale a opção cor**reta ac**erca da criminologia e de seus métodos.

(A) Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.

(B) A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer inferências.

(C) A criminologia é uma ciência cultural, do dever-ser.

(D) No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.

(E) O método experimental confunde-se com o método empírico

2. (2022)

Considerando que as Ciências Criminais são alicerçadas triplamente pela Criminologia e pelo Direito Penal, sendo a Política Criminal a vinculação entre ambos, é correto afirmar que

(A) a Criminologia é uma ciência empírica, de caráter preventivo.

(B) não é papel do Estado a realização de políticas públicas de segurança.

(C) o Direito Penal é uma ciência empírica, de caráter unicamente retributivo.

(D) a polícia judiciária atua de forma preventiva, antes da ocorrência da infração penal.

(E) não é objetivo da Política Criminal a implementação de medidas de combate à violência, tampouco o aprimoramento do sistema de segurança pública.

3. (2022)

A criminalização

(A) primária aumenta o poder das agências judiciais do sistema jurídico-penal, inclusive seu poder punitivo subterrâneo.

(B) primária é exercida por agências políticas que nunca sabem a quem caberá de fato, individual e concretamente, a seleção que habilitam.

(C) secundária é quase um pretexto para que agências judiciais exerçam um formidável controle configurador positivo da vida social.

(D) secundária é exercida por agências com ampla capacidade operacional e sua contenção desemboca em uma utopia negativa.

(E) primária é um programa que a lógica neoliberal pretende efetivar em toda a sua extensão.

4. (2022)

Com relação ao objeto da criminologia, é correto afirmar que atualmente ele está dividido nas seguintes vertentes:

(A) controle social, governo, delito e delinquente.

(B) delinquente, governo, vítima e prevenção criminal.

(C) delitos e penas.

(D) governo, delito, delinquente e vítima.

(E) delito, delinquente, vítima e controle social.

5. (2024)

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.

(B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.

(C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.

(D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.

(E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. (2026)

Sobre política criminal, polícia e políticas públicas de prevenção de delitos, analise os itens a seguir e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

( ) A política criminal tem como único objetivo fornecer ao legislador dados para que este possa tomar boas decisões no tocante à conveniência de criminalizar ou não determinadas condutas.

( ) A estratégia de policiamento para prevenir delitos integra o âmbito da política criminal, com a mesma ênfase da política judiciária e da política penitenciária.

( ) As funções de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio são atribuídas às Polícias, conforme dispõe a Constituição Federal no seu art. 144.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – V – V.
(B) F – V – V.
(C) V – V – F.
(D) F – F – V.
(E) V – F – F.

7. (2022)

No que concerne às Escolas Penais, Cesare Lombroso, autor italiano, é apontado como um dos principais expoentes da Escola

(A) Tecnicista.
(B) Correcionalista.
(C) Positivista.
(D) Clássica.
(E) de Defesa Social.

8. (2022)

O positivismo criminológico

(A) constitui uma continuidade da Escola Clássica, aprofundando suas ideias a partir do mesmo paradigma metodológico.
(B) rejeita o viés etiológico ao buscar o desenvolvimento de um plano individualizador da pena.
(C) sofreu um abandono teórico que teve como decorrência a ausência de reflexos em práticas atuais e no direito contemporâneo.
(D) revela, em seus estudos, a primazia do livre-arbítrio na compreensão do fenômeno criminoso.
(E) primou pela aplicação do método científico no qual a observação direta e a experiência assumem papel decisivo.

9. (2022)

Assinale a opção que di**verge da**s análises da teoria econômica do crime.

(A) O aumento da renda média do trabalhador tende a diminuir as taxas de criminalidade, na medida em que reduz o benefício marginal do delito.
(B) A gravidade da pena é um fator relevante na dissuasão de potenciais criminosos.
(C) Avaliações equivocadas de custo-benefício podem resultar na opção de exasperar a pena de um crime em vez de investir no aumento da taxa de esclarecimento de casos.
(D) O indivíduo que decide cometer um crime age motivado por razões essencialmente distintas daquelas que movem as pessoas que se comportam de forma lícita.
(E) Dada a elasticidade reduzida da demanda por drogas, é mais eficiente legalizá-las e tributá-las, tendo em vista os custos sociais elevados da criminalização desse comércio.

10. (2024)

Relacione a Escola Criminológica com a afirmativa com ele compatível:

1. Escola Clássica
2. Escola Positivista
3. Escola de Chicago

( ) É fundada no livre-arbítrio, portanto o crime é fruto de uma decisão de seres racionais.

( ) Também chamada de ecologia criminal, é uma das mais importantes escolas do consenso da sociologia criminal.

( ) É fundada no determinismo, no estudo do delinquente, utiliza-se do método empírico. Seu principal expoente foi Cesare Lombroso.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 1 – 2 – 3.
(B) 3 – 2 – 1.
(C) 1 – 3 – 2.
(D) 2 – 3 – 1.
(E) 3 – 1 – 2.

11. (2022)

A primeira teoria sociológica que fixou o entendimento de que o crime é produto da desorganização própria da grande cidade, onde se debilita o controle social e se deterioram as relações humanas, foi a

(A) ecológica.
(B) estrutural-funcionalista.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

HISTÓRIA DO AMAPÁ

1. (2026)

Antes da chegada dos europeus à região correspondente ao atual Amapá, diferentes povos indígenas já ocupavam a área compreendida entre o baixo curso do rio Amazonas e o rio Oiapoque. Considerando as características dessa ocupação pré-colonial, assinale a alternativa correta.

(A) As populações indígenas organizavam-se em aldeias distribuídas ao longo dos rios, igarapés e da costa atlântica, praticando agricultura, pesca, coleta, caça e mantendo redes de troca entre litoral e interior.

(B) A ocupação indígena concentrava-se exclusivamente na costa atlântica, pois os rios amazônicos eram evitados como vias de deslocamento.

(C) Os povos indígenas dependiam essencialmente de produtos obtidos por comércio com navegadores europeus.

(D) A região apresentava baixa diversidade cultural e linguística, sendo ocupada por apenas um grande grupo indígena.

(E) As populações pré-coloniais desconheciam técnicas agrícolas e viviam exclusivamente da caça.

2. (2026)

Entre os povos historicamente associados ao território amapaense, encontram-se grupos que desapareceram enquanto unidades étnicas autônomas e outros que permanecem presentes na região. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) Os Palikur desapareceram completamente antes do contato europeu.

(B) Os Aruã constituem atualmente o grupo indígena predominante do extremo norte amapaense.

(C) Os Palikur permanecem presentes no extremo norte do Amapá, enquanto Aruã, Maracá-Cunani e Tucujú são mencionados como grupos extintos enquanto unidades étnicas diferenciadas.

(D) Os Tucujú e os Maracá-Cunani são atualmente os únicos povos indígenas presentes no estado.

(E) Todos os grupos citados permanecem organizados como unidades étnicas autônomas.

3. (2026)

A diversidade linguística existente entre as populações indígenas historicamente relacionadas ao Amapá evidencia conexões culturais de longa duração. Os povos mencionados no material vinculam-se principalmente

(A) aos troncos tupi e macro-jê.

(B) aos troncos aruaque e caribe.

(C) exclusivamente ao tronco tupi-guarani.

(D) aos troncos pano e tucano.

(E) exclusivamente a línguas de origem andina.

4. (2026)

A organização social dos povos indígenas que ocupavam a região amapaense antes da consolidação da presença colonial apresentava características próprias. Entre elas, destaca-se

(A) a existência de monarquias hereditárias altamente centralizadas.

(B) a separação completa entre os grupos humanos e os ambientes fluviais.

(C) a ausência de lideranças socialmente reconhecidas.

(D) a organização em unidades familiares extensas, com lideranças reconhecidas por prestígio e conhecimento ritual.

(E) a concentração obrigatória da população em grandes centros urbanos permanentes.

5. (2026)

Os vestígios existentes no Parque Arqueológico do Solstício, localizado no município de Calçoene, contribuem para a compreensão da antiguidade da ocupação humana no território amapaense. A respeito desse sítio, assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se de uma fortificação portuguesa do século XVIII.

(B) Seus vestígios foram produzidos exclusivamente por garimpeiros do século XIX.

(C) O local apresenta apenas ruínas de construções religiosas europeias.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) As estruturas encontradas foram construídas durante o período da Cabanagem.
(E) Os alinhamentos de blocos de rocha associados a observações astronômicas indicam conhecimentos sobre os ciclos solares e apresentam datações de pelo menos dois mil anos.

6. (2026)

Os vestígios cerâmicos relacionados à tradição Maracá-Cunani são relevantes para a arqueologia do Amapá porque
(A) incluem urnas funerárias e peças decoradas, revelando práticas mortuárias complexas e produção material sofisticada.
(B) correspondem exclusivamente a utensílios introduzidos pelos colonizadores franceses.
(C) demonstram a inexistência de práticas funerárias entre os povos pré-coloniais.
(D) foram encontrados apenas em áreas urbanas constituídas no século XX.
(E) comprovam que os povos indígenas utilizavam exclusivamente objetos feitos de metal.

7. (2026)

Durante o século XVII, a região conhecida como Cabo Norte tornou-se objeto de interesse de diferentes potências europeias. Holandeses e ingleses buscaram estabelecer-se na área sobretudo em razão
(A) da exploração industrial do manganês.
(B) do interesse no comércio de produtos florestais e na exploração da mão de obra indígena.
(C) da construção de uma ferrovia destinada aos portos amazônicos.
(D) da implantação de uma zona franca destinada à importação de produtos industrializados.
(E) da produção intensiva de café e algodão.

8. (2026)

As campanhas portuguesas realizadas entre 1623 e 1625 foram importantes para a consolidação do domínio sobre a região do Cabo Norte. Entre os nomes relacionados a essas ações militares encontram-se
(A) Barão do Rio Branco e Walter Hauser.
(B) Jules Gros e Germano Ribeiro Pinheiro.
(C) Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente.
(D) Eduardo Angelim e Félix Clemente Malcher.
(E) João Severiano Maciel da Costa e Francisco Xavier da Veiga Cabral.

9. (2026)

Em 1637, Bento Maciel Parente recebeu a capitania do Cabo Norte. Esse ato teve importância histórica porque
(A) transferiu definitivamente a região para a França.
(B) encerrou todas as disputas territoriais na fronteira setentrional.
(C) criou o Estado do Amapá.
(D) formalizou a incorporação administrativa da região ao domínio português, oferecendo base jurídica para posteriores reivindicações territoriais.
(E) determinou a independência política da região em relação à Coroa portuguesa.

10. (2026)

O Tratado de Utrecht, firmado em 1713, constitui um marco importante na história das disputas territoriais envolvendo o Amapá porque
(A) estabeleceu a independência da República de Cunani.
(B) transferiu a Guiana Francesa ao domínio português.
(C) determinou que o rio Araguari seria definitivamente a fronteira entre Brasil e França.
(D) criou o Território Federal do Amapá.
(E) estabeleceu formalmente limites entre o Estado do Maranhão e a Guiana Francesa, embora as disposições não tenham sido integralmente respeitadas pela França.

11. (2026)

No contexto das disputas fronteiriças entre Portugal e França durante o período napoleônico, diferentes acordos alteraram sucessivamente o rio considerado como limite territorial. Em 1797, foi estabelecido como referência
(A) o rio Calçoene.
(B) o rio Amazonas.
(C) o rio Negro.
(D) o rio Jari.
(E) o rio Tocantins.

12. (2026)

O Tratado de Badajós, de 1801, modificou a referência territorial adotada anteriormente nas disputas pela região amapaense, passando a indicar como marco
(A) o rio Oiapoque.
(B) o rio Calçoene.
(C) o rio Araguari.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

GEOGRAFIA DO AMAPÁ

1. (2026)

A localização geográfica do Amapá confere ao estado características territoriais singulares no contexto brasileiro. Considerando seus limites e sua posição no extremo norte da Região Norte, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá faz fronteira com o Pará a oeste e ao sul, com a Guiana Francesa ao norte e com o Suriname a noroeste, além de ser banhado pelo oceano Atlântico e pela foz do rio Amazonas a leste.

(B) O Amapá limita-se exclusivamente com o Pará em território brasileiro e com a Venezuela ao norte, não possuindo contato com o oceano Atlântico.

(C) O território amapaense apresenta fronteira internacional somente com o Suriname e está separado da Guiana Francesa pelo estado do Pará.

(D) A posição do Amapá é exclusivamente continental, pois o estado não apresenta litoral nem contato direto com grandes sistemas fluviais.

(E) O estado limita-se ao sul com o Amazonas, a oeste com o Pará e ao norte exclusivamente com a Guiana Francesa.

2. (2026)

Um dos elementos geográficos e simbólicos mais conhecidos da capital amapaense está relacionado à posição do estado em relação às linhas imaginárias do planeta. Sobre essa característica de Macapá, assinale a alternativa correta.

(A) O Trópico de Capricórnio atravessa a região central de Macapá e é assinalado por um monumento construído em 1994.

(B) A linha do Equador atravessa Macapá e é assinalada pelo Marco Zero do Equador, monumento cuja estrutura permite observar fenômenos relacionados à incidência solar nos equinócios.

(C) O meridiano de Greenwich atravessa Macapá, explicando a instalação do principal observatório astronômico brasileiro na cidade.

(D) A linha internacional de mudança de data atravessa a capital amapaense, dividindo a cidade entre dois dias diferentes.

(E) O Trópico de Câncer atravessa Macapá e determina a ocorrência de quatro estações climáticas bem definidas.

3. (2026)

A organização territorial do Amapá passou por transformações relacionadas tanto à criação de municípios quanto aos critérios de regionalização empregados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá possui atualmente vinte municípios, configuração territorial estabelecida em 2017.

(B) A configuração atual foi concluída em 2002, com a criação do município de Oiapoque.

(C) O estado possui dezesseis municípios, configuração consolidada desde 1994, quando a criação de Vitória do Jari completou sua atual divisão municipal.

(D) Desde sua transformação em estado, o Amapá permanece dividido administrativamente em apenas oito municípios.

(E) A divisão territorial atual foi estabelecida com a criação de Macapá em 1988.

4. (2026)

Até 2017, o IBGE utilizava determinado modelo para organizar regionalmente os municípios do Amapá. Posteriormente, essa divisão foi substituída por uma classificação que procura representar de forma mais adequada as relações existentes entre os municípios. A nova organização passou a considerar principalmente

(A) a quantidade de unidades de conservação existentes em cada município.

(B) exclusivamente os limites político-administrativos estabelecidos durante a criação do antigo território federal.

(C) a quantidade de habitantes indígenas e quilombolas de cada localidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) os fluxos de deslocamento da população e de circulação de bens e serviços entre os municípios.
(E) somente as diferenças de altitude e de cobertura vegetal entre o litoral e o interior.

5. (2026)

A estrutura político-administrativa do Amapá consolidou-se após a elevação do antigo território federal à condição de estado. A respeito dessa organização institucional, assinale a alternativa correta.

(A) O poder executivo estadual é exercido por um governador indicado pelo governo federal.
(B) O poder legislativo estadual possui duas casas, seguindo o modelo do Congresso Nacional.
(C) O poder judiciário amapaense está subordinado administrativamente ao Tribunal de Justiça do Pará.
(D) A condição de estado eliminou a necessidade de articulação entre autoridades estaduais e órgãos federais.
(E) O estado segue uma estrutura tripartite, com governador eleito diretamente, poder legislativo unicameral e poder judiciário organizado a partir do Tribunal de Justiça do Amapá.

6. (2026)

A presença de extensas unidades de conservação federais e terras indígenas homologadas pela União cria particularidades para o planejamento territorial do Amapá. Nesse contexto, a gestão territorial caracteriza-se pela

(A) necessidade de articulação entre a administração estadual e órgãos federais responsáveis pelas políticas ambiental e indigenista.
(B) transferência integral das decisões ambientais do governo federal para os municípios.
(C) impossibilidade de implantação de qualquer empreendimento econômico dentro do território estadual.
(D) exclusão dos órgãos estaduais dos processos de planejamento territorial.
(E) inexistência de conflitos entre interesses econômicos e preservação ambiental.

7. (2026)

Considerando a extensão das áreas florestadas e a dificuldade de acesso terrestre em numerosas regiões do Amapá, determinadas ferramentas tecnológicas assumem papel relevante no monitoramento ambiental. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

(A) A fiscalização do território depende exclusivamente de inspeções presenciais, uma vez que imagens orbitais não são utilizadas no estado.
(B) O sensoriamento remoto e os sistemas de informação geográfica permitem acompanhar desmatamento, garimpo irregular e mudanças na cobertura vegetal.
(C) As geotecnologias são utilizadas somente na área urbana de Macapá e não apresentam utilidade em unidades de conservação.
(D) Imagens de satélite são utilizadas apenas para delimitar fronteiras internacionais, sem aplicação ambiental.
(E) O monitoramento remoto substitui integralmente todas as demais formas de fiscalização territorial.

8. (2026)

O relevo amapaense apresenta diversidade maior do que a ideia de uma Amazônia inteiramente plana poderia sugerir. A divisão apresentada no conteúdo estudado reconhece três grandes unidades de relevo, correspondentes a

(A) planície amazônica, depressão periférica e planalto meridional.
(B) planalto sedimentar, depressão central e serras costeiras.
(C) planície costeira, planaltos terciários e planalto cristalino.
(D) planície do Araguaia, depressão do Amazonas e planalto das Guianas.
(E) planície litorânea, depressão sertaneja e chapadas interiores.

9. (2026)

A chamada planície costeira ou baixada amapaense apresenta características físicas que a distinguem das áreas interiores mais elevadas do estado. Essa unidade de relevo caracteriza-se principalmente por

(A) apresentar altitudes superiores a quinhentos metros e predomínio de rochas pré-cambrianas.
(B) concentrar as principais serras do estado e possuir relevo fortemente dissecado.
(C) localizar-se exclusivamente na fronteira com a Guiana Francesa.
(D) apresentar baixas altitudes, ocorrência de alagamentos periódicos e drenagem naturalmente deficiente.
(E) possuir predomínio de terrenos montanhosos formados por dobramentos modernos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2026)

De acordo com o art. 1º da Lei nº 14.735/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, a natureza institucional das polícias civis e sua importância para o sistema de justiça e segurança pública são expressamente definidas. Considerando essa disposição, assinale a alternativa correta.

(A) As polícias civis são instituições temporárias destinadas principalmente ao policiamento ostensivo dos Estados.

(B) As polícias civis exercem funções auxiliares de segurança pública, subordinadas funcionalmente às polícias militares.

(C) As polícias civis são instituições permanentes, com funções exclusivas e típicas de Estado, essenciais à justiça criminal e imprescindíveis à segurança pública e à garantia dos direitos fundamentais no âmbito da investigação criminal.

(D) As polícias civis são órgãos exclusivamente administrativos destinados ao gerenciamento dos estabelecimentos penais.

(E) As polícias civis possuem competência prioritária para apurar infrações penais militares.

2. (2026)

A Lei nº 14.735/2023, em seu art. 2º, estabelece a posição institucional das polícias civis dentro da estrutura nacional e regional de segurança pública. Segundo o dispositivo, as polícias civis

(A) são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e compõem o sistema de governança da política de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(B) integram exclusivamente o sistema estadual de justiça criminal, sem participação no Susp.

(C) subordinam-se administrativamente à Polícia Federal para execução das atividades investigativas.

(D) compõem exclusivamente o sistema penitenciário dos Estados e do Distrito Federal.

(E) possuem participação facultativa no Sistema Único de Segurança Pública.

3. (2026)

O art. 3º da Lei nº 14.735/2023 determina matérias que devem ser disciplinadas pelas leis orgânicas das polícias civis dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observadas as normas gerais nacionais. Entre essas matérias encontra-se

(A) exclusivamente a definição do quantitativo anual de prisões a serem realizadas.

(B) somente a regulamentação dos procedimentos administrativos de aquisição de equipamentos.

(C) exclusivamente a elaboração das políticas penitenciárias estaduais.

(D) apenas a organização dos órgãos responsáveis pelo policiamento ostensivo.

(E) a estrutura, a organização, as competências específicas e o funcionamento das unidades, bem como requisitos para investidura, atribuições dos cargos, direitos, deveres, garantias e vedações.

4. (2026)

Entre os princípios institucionais básicos enumerados pelo art. 4º da Lei nº 14.735/2023, encontra-se um princípio destinado a assegurar que a aplicação da força policial seja orientada pela proteção da vida e pela minimização das consequências lesivas. Trata-se do princípio do

(A) emprego obrigatório da força máxima diante de qualquer resistência.

(B) uso diferenciado da força para preservação da vida, redução do sofrimento e redução de danos.

(C) exercício irrestrito da coerção policial independentemente de proporcionalidade.

(D) afastamento da análise técnica nas operações policiais.

(E) sigilo absoluto de toda atividade policial, independentemente da natureza da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (2026)

Conforme o art. 5º da Lei nº 14.735/2023, o planejamento e a distribuição do efetivo policial devem considerar parâmetros objetivos relacionados à realidade de cada circunscrição. Entre os parâmetros expressamente previstos estão

(A) apenas o número de unidades policiais instaladas e a arrecadação tributária local.

(B) exclusivamente o número de servidores aposentados e a extensão territorial.

(C) apenas o número de habitantes e a quantidade de procedimentos policiais instaurados.

(D) o número de habitantes, a extensão territorial e os índices de criminalidade da circunscrição.

(E) exclusivamente o índice de criminalidade e o número de delegados disponíveis.

6. (2026)

Nos termos do art. 6º da Lei nº 14.735/2023, ressalvadas a competência da União e as infrações penais militares, compete à polícia civil

(A) executar privativamente o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

(B) executar privativamente as funções de polícia judiciária civil e de apuração de infrações penais, materializadas em inquérito policial ou outro procedimento de investigação.

(C) exercer exclusivamente a administração de estabelecimentos penitenciários estaduais.

(D) realizar o julgamento das infrações penais investigadas por seus servidores.

(E) exercer as funções constitucionalmente atribuídas ao Ministério Público.

7. (2026)

A cadeia de custódia constitui elemento relevante para a preservação da confiabilidade dos elementos obtidos durante a investigação. Conforme o art. 6º, inciso V, da Lei nº 14.735/2023, compete à polícia civil

(A) permitir a manipulação irrestrita de materiais probatórios por qualquer órgão público.

(B) encaminhar necessariamente todos os elementos probatórios diretamente ao Poder Judiciário antes de sua análise.

(C) dispensar o registro da movimentação dos materiais quando se tratar de investigação urgente.

(D) garantir a adequada coleta, a preservação e a integridade da cadeia de custódia de dados, informações e materiais que constituam insumos, indícios ou provas.

(E) restringir a cadeia de custódia exclusivamente aos objetos apreendidos em flagrante.

8. (2026)

A estrutura organizacional básica das polícias civis está disciplinada pelo art. 7º da Lei nº 14.735/2023. Entre os órgãos essenciais expressamente previstos nesse dispositivo encontra-se

(A) a Escola Superior de Polícia Civil.

(B) o Tribunal de Justiça Estadual.

(C) o Ministério Público Estadual.

(D) a Polícia Militar.

(E) a Defensoria Pública.

9. (2026)

De acordo com o art. 8º da Lei nº 14.735/2023, o Delegado-Geral de Polícia Civil deve apresentar planejamento estratégico de gestão no prazo legalmente estabelecido após sua nomeação. Esse prazo é de

(A) 10 dias.

(B) 15 dias.

(C) 20 dias.

(D) 60 dias.

(E) 30 dias.

10. (2026)

O art. 9º da Lei nº 14.735/2023 estabelece regras gerais acerca do Conselho Superior de Polícia Civil. Segundo a norma, esse Conselho

(A) é presidido necessariamente pelo governador do Estado.

(B) é composto exclusivamente por delegados de polícia.

(C) é presidido pelo Delegado-Geral e integrado por policiais civis, com representantes de todos os cargos efetivos da corporação, admitida a possibilidade de eleição de seus membros e participação paritária.

(D) possui composição definida exclusivamente pelo Poder Judiciário.

(E) deve ser integrado majoritariamente por representantes externos à polícia civil.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.